



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA  
REALIZADA NO DIA 04 DE FEVEREIRO DE 2021

**Ata n.º 48**

Aos quatro dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte e sete de Janeiro e aditamento de vinte e oito de Janeiro, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**PONTO UM**: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

**PONTO DOIS**: Tomada de Conhecimento do Sistema de Controlo Interno;-----

**PONTO TRÊS**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação da 1.ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2021-2025; -----

**PONTO QUATRO**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação da 1.ª Revisão - Alteração Modificativa ao Orçamento e do Plano Orçamental Plurianual 2021--2025, incluindo a 1.º Alteração do Mapa de Pessoal e Plano de Recrutamento para 2021;-----

**PONTO CINCO**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização para a "Transferência para o Ano de 2021 dos Saldos dos Compromissos Existentes à data de 31 de Dezembro de 2020; -----

**PONTO SEIS**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação prevista na alínea k) do n.º 1 do art.º 33 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como na alínea g) do n.º 1 do art.º 25 do mesmo diploma legal, referente à "Proposta de Adaptação dos Regulamentos em Vigor no Município de Albufeira, no âmbito da Ação Social, como Medidas Extraordinárias no âmbito da Pandemia Covid-19; -----

**PONTO SETE**: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Prestação de Serviços de Recolha e Encaminhamento de Resíduos de Construção e Demolição e Resíduos Contendo Amianto", até ao limite de 210.000,00€ + IVA; -----

**PONTO OITO**: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21



de Fevereiro, referente ao "Protocolo de Colaboração Financeira entre Aspirante "Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufeira" e QRER - Cooperativa para o Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade, CRL"; -----

**PONTO NOVE:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, bem como nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à Candidatura "Posto de Turismo de Paderne" no âmbito do Aviso ALG-28-2020-12 - Plano de Ação de Desenvolvimento de Recursos Endógenos (PADRE)"; -----

**PONTO DEZ:** Apreciação e deliberação, da Recomendação apresentada pelo BE intitulada "Vouchers de Refeições aos Municípes". -----

**PONTO ONZE:** Apreciação e deliberação, da Moção apresentada pelo BE intitulada "Pela tradução em Língua Gestual Portuguesa das transmissões da Assembleia Municipal de Albufeira. -----

**PRESENCAS:** Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), João Alexandre Sequeira Jorge da Silva (PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Raquel Carolina Madail Pinto Reis (suplente PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (suplente CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Hugo Miguel Isidro Aires (suplente PAN), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, da Freguesia de Ferreiras - Jorge do Carmo, da Freguesia da Guia - Dinis Nascimento e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

**Faltas:** Fernando Cabrita, Renato Pimenta, Vera Belchior, José Sequeira e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

**Substituições:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Raquel Reis, Cândido Reigado, Hugo Aires, Rui Bernardo e João Guerreiro.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões



Grade dos Santos Pífaro Dinis, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. - Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão, com alguns membros presentes através da plataforma Zoom e informou que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

Paolo Funassi: Doc. n.º 1 anexo a esta ata.-----

Presidente Câmara: "Boa noite a todos, Senhor Paolo Funassi, relativamente à primeira questão, da falta de mão-de-obra quando se puder e esperamos que seja o mais depressa possível reiniciar a atividade económica turística. A falta de mão-de-obra relacionada com a falta de emigrantes que eventualmente teriam ido embora, não temos grandes possibilidades de os acolher, a não ser correspondendo aos nossos programas de apoio, em relação à alimentação, medicamentos, todo aquele apoio que nós temos nos nossos programas, a questão do subsídio de arrendamento. Todas essas situações podem, eventualmente, para alguns deles serem requeridas, se estiverem de acordo com aquilo que são os critérios de admissão dessas mesmas pessoas. Aí faremos tudo o que for possível e necessário. Realmente é um problema que já tenho falado muitas vezes e que provavelmente quando isto regressar ao quase normal provavelmente haverá falta de mão-de-obra e vamos ter de ver o que é que se pode fazer até lá. Relativamente à segunda questão, das perdas de água, está na ordem do dia, até porque na Estratégia 2030, nos Fundos Europeus até dois mil e vinte e sete, dois mil e trinta, haverá verbas relacionadas com essa situação. Albufeira é um dos municípios, comparados com todos, também perde águas na sua rede, por várias razões, não apenas pela questão da rede obsoleta, não é bem o caso, mas quando há uma rotura, e de vez em quando aparecem roturas não só pela questão da qualidade da rede mas também por questões de ligações que às vezes não estão bem feitas. E às vezes há roturas que não se chega a perceber de onde é que vem. Portanto, a questão da água, ao nível da água em alta, já é servida por uma entidade que é a nível regional, é as Águas do Algarve, da qual os municípios têm uma parte substancial em termos de sociedade e a Administração Central, o Governo tem a outra parte. Relativamente à água em baixa é que é apenas de cada concelho, que tem o seu modelo e aí não quer dizer que não haja um dia qualquer um modelo de conjunto, de dois ou três concelhos ou então a concessão, ou vários modelos que possam haver nesse sentido. No entanto, a



perda de água é sempre um aspeto que é importante resolvê-lo e minimizá-lo. Mas Albufeira tem, penso eu, à volta de vinte, vinte e cinco por cento de perda de água, não é dos piores, não será ótimo, claro que não é, o objectivo é atingir sempre o menos possível e o menos possível não é zero, seria zero, evidente, não há menos de zero senão parecia que estávamos a dizer para a água introduzir-se na própria rede, isso não é possível. Mas penso que não é dos mais gravosos, no entanto, a nossa perspetiva é que se melhore essa percentagem de perdas. Agradeço as suas questões."

Fábio Felício: Doc. n.º 2 anexo a esta ata. -----

Presidente da Câmara: "Relativamente à primeira questão, da rede de fibra ótica, relembro que a rede de fibra ótica é da responsabilidade dos operadores e que à medida que eles vão solicitando a Câmara limita-se a autorizar e tem a competência para autorizar a questão das obras na via pública. No entanto e tendo em conta que cada vez mais se fala em aspetos com a chamada transição digital, como é óbvio e tem toda a razão o Senhor Fábio, no sentido de que as zonas sejam elas quais forem, inclusivamente a Freguesia de Paderne, faz parte íntegra do concelho de Albufeira e merece a mesma igualdade de tratamento que todos os outros locais do concelho, portanto num programa de extensão da fibra ótica para todo o concelho terá que estar inserido, até porque é muito fácil isso vir a acontecer, desde que haja financiamento em termos de colocação de fibra por mais diversos locais. Penso que isso é possível, já há uns anos se tinha pensado nisso quando na altura o Senhor Primeiro Ministro José Sócrates disse que tinha pensado na altura em colocar fibra ótica em todo o concelho gradualmente, não de uma forma imediata. O Senhor Primeiro Ministro na altura anunciou na televisão que iria haver fundos europeus para dentro de pouco tempo termos fibra em todos os locais de Portugal. Aí evitei estarmos a duplicar investimentos, foi o meu mal, senão neste momento Albufeira já tinha fibra ótica em todo o lado, porque era extremamente fácil isso acontecer, de uma forma gradual, demorada. Mas à medida que alguma urbanização ia sendo feita deixava logo a tubagem preparada para passar a cabulagem da fibra e outros cabos até, inclusivamente. Quando houvesse requalificações de ruas, estradas e caminhos havia logo a preocupação do município fazer logo uma canalização precisamente para o mesmo efeito e naqueles sítios onde não houvesse nem uma coisa nem outra era possível sempre fazer uma pequena obra que era uma vala, um tubo e por aí passar a fibra e depois a seguir os operadores teriam que pagar a passagem por esse mesmo espaço que



tinha sido feito pelo município. Tal não veio a acontecer, por esta promessa do Senhor Primeiro Ministro, de qualquer das maneiras estamos sempre abertos para que isso possa vir a acontecer no futuro próximo, até porque aquilo que esperamos e tendo em conta a ordem do dia, a transição digital, como disse, é natural que vá haver fundos de sobra para esse tipo de situações. Esperemos que sim. Relativamente à questão das certidões que fala nesse extenso relatório, com datas e horas e dias e chamadas e emails que não foram respondidos vou solicitar ao Senhor Chefe de Divisão e ao Senhor Diretor de Departamento um relatório sobre esse mesmo relato que está aí. No entanto, já falei ontem com o Senhor Fábio Felício e ele já tem as certidões promovidas a entrega precisamente pelo meu gabinete, já tem as certidões que aí fala. É lamentável que isso tudo venha a acontecer, mas no entanto não quero aqui levantar mais situações sem saber exactamente aquilo que se passou de uma forma clara, daqui dos serviços e ver qual a razão que originou esse tipo de alguma inoperância e de algum desleixo, algum desligar daquilo que é o trabalho de resposta, que muitas vezes poderia ser quase imediata e não se percebe porquê que não é. Isso está em andamento, a parte de esclarecimento sobre o que está escrito. A parte das certidões já foram entregues ontem, portanto o assunto está encerrado nesse aspeto. Agora é esclarecer porquê que está isso escrito, porquê que isso tudo aconteceu, eu quero isso bem esclarecido para tomar as devidas medidas."-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Ana Ramos: "Boa noite a todos, tenho alguns pontos que gostaria de abordar, antes de mais, gostaria de congratular o executivo, a Câmara pelo facto de ter permitido os vereadores não permanentes que discutissem as propostas por eles apresentadas e também por nós aí na Assembleia pela bancada do PS, quanto a alguns assuntos de relevo, muitos deles relacionados com esta pandemia, nomeadamente a questão dos apoios, ao nível dos vouchers, os apoios à restauração, também os cheques dentistas, muitas delas que estão agora a ser discutidas e que o executivo está a criar condições orçamentais para em dois mil e vinte e um as mesmas poderem ser apresentadas. A outra questão que tinha para o Senhor Presidente tem a ver com a questão do funcionamento dos serviços, em particular com a seção de obras, que e muito bem o



Senhor munícipe Fábio Felício tão bem detalhadamente descreveu. O email é do Senhor Fábio mas poderia ser do Senhor Manuel, do Senhor José, poderia ser meu, porque semanalmente eu, colegas meus que não são do concelho vivem este drama, clientes também. Em geral oiço constantemente estas queixas, muitas vezes não detalhamos tão bem, como este munícipe detalhou, todo o processo e tudo o que vai acontecendo, mas é muito dentro do que ele escreveu, ou seja é uma saga, um calvário, muitas vezes para conseguir uma simples reunião, uma simples consulta, é lamentável. Em particular na seção das obras muitas vezes o que as pessoas pretendem é licenciar, é o licenciamento dos seus projectos, muitas vezes são projectos de vida que têm, uma casa, um investimento, que tanta riqueza trazem para o município e depois têm de aguardar pelo menos nove meses, se não um ano, ano e meio para conseguirem começar a sua obra. No meu caso, no meu dia-a-dia, no meu trabalho, muitas vezes prende-se com questões simples, de consultar um processo ou de obter uma licença. Não digo relativamente aos senhores funcionário, a quem me atende, porque são sempre muito simpáticos, mas muitas vezes é a forma como o próprio sistema está montado, ou seja, a forma como os telefones constantemente não funcionam ou não são atendidos e depois quando são atendidos passam a chamada e depois a chamada cai ou depois a chamada não passa para ninguém e ninguém atende, ou os emails que não são respondidos. Portanto, nisto tudo perde-se muito tempo, muitos dias, perde-se eficiência, no fundo, e é muito mau. Depois, a minha outra questão tem a ver com obras e projetos que o executivo tinha para este mandato e que já está a terminar e algumas dessas obras ainda estão por concretizar. Por exemplo a questão da habitação social, a construção de quarenta fogos em Paderne, ou a Avenida dos Descobrimentos, a estrada que liga a Rotunda dos Golfinhos à Marina, que está realmente má, é uma vergonha e gostaria de saber se há perspectivas de concluírem esses projectos? Porque penso que já não deverá ser possível em tão pouco tempo concluírem, ainda mais quando envolve concursos públicos, que sabemos que muitas vezes tem o seu tempo e demora. Por último, a minha questão tem a ver com o PDM, pergunto quando é que chega ao fim, ou quando é que está previsto que se conclua este longo, de anos, este vasto processo que nunca mais termina. E quando é que realmente vão abrir à discussão ao público em geral, de uma forma transparente, porque há outros municípios em que houve uma total transparência para com todos os munícipes dessa cidade, em que houve sessões abertas ao público, para quem quisesse participar, mesmo quem quisesse



entregar projetos para licenciamentos havia o cuidado de avisar que estava previsto entrar em vigor o novo PDM em Julho de dois mil e vinte ou "wherever", para ter atenção que a condição poderia tornar-se assim ou assim. E em Albufeira o que eu sinto é que não há essa transparência, não há uma previsão, parece que está tudo no segredo dos deuses e isso acho que promove um pouco, pelo menos para mim, parece que promove que a informação se torne privilegiada só para alguns. Espero não estar a ser injusta, espero estar errada, mas tenho a sensação que não é um processo que esteja a ser transparente e sobretudo não percebo porquê tanto tempo. Eu lembro-me de há anos que vou a Albufeira e há anos que oiço falar do PDM e que está em discussão e que é suposto sair e que nunca mais tem um fim à vista, parece a "obra de Santa Engrácia" que nunca mais termina. São estas as minhas questões, muito obrigada."-----

Roberto Raposo: "Boa noite a todos, o assunto que me trás aqui é em primeiro lugar congratular a Câmara por finalmente termos mais quarenta fogos em Paderne e por finalmente a minha ser ligada à rede de águas residuais. Mas tenho uma questão pertinente que é a seguinte, sabendo nós que há muitos anos a etar de Paderne está já mais que acima do seu limite. Como é que se vai ligar mais a Aldeia dos Matos e mais esses quarenta fogos a uma etar que já atingiu o seu limite há muito tempo?"-----

Cândido Reigado: "Boa noite a todos, a situação que vivemos no país com a pandemia é evidente que veio tirar milhares de famílias por todo o país para a miséria. O desemprego que se verificava, mesmo no Algarve e no concelho de Albufeira em anos anteriores, com a hotelaria parte dela a fechar já era um problema para alguns trabalhadores, mas é evidente que com a pandemia assistimos nesta altura a hotelaria toda fechada, a restauração como sabemos, toda fechada. São vários trabalhadores que ainda conseguiam trabalhar o ano inteiro e que nesta altura estão no desemprego. Evidente que algumas empresas requereram o lay off, os trabalhadores têm uma parte do seu salário, mas nem todos têm esse benefício, por assim dizer. O que queria perguntar aqui é, aliás nós sabemos que há famílias que estão a ser ajudadas por instituições de solidariedade social, inclusive pela Câmara Municipal também, mas é evidente, como diz o poema do famoso poeta algarvio António Aleixo, "que a esmola não cura a chaga, mas quem a dá não percebe ou ela avilta, que ela esmaga o infeliz que a recebe". É evidente que é positivo, de certa forma, que haja ajuda dessas instituições e também da Câmara Municipal, sabemos que isso está a acontecer, mas era bom se a Câmara conseguisse contratar algum pessoal, e isso é referido nas Grandes Opções do



Plano ou no Orçamento para este ano. E agora vem também um documento também a falar sobre isso, na revisão, se realmente estão a pensar contratar pessoal e quando para minimizar pelo menos o sofrimento dessas famílias. Porque entre recorrer a qualquer ajuda ou chegar ao fim do mês e ter o salário para enfrentar a situação, acho que é muito melhor a pessoa trabalhar e ter o salário ao fim do mês."-----

Presidente da Câmara: "Boa noite Ana Ramos, as questões que levantou, relativamente àquilo que foi apresentado na última Assembleia, até por si própria daquelas medidas, estão a ser discutidas, estão em sede de revisão de orçamento, mas estão também para depois serem operacionalizadas tem que receber o seu tratamento em termos de mais objetivos e funcionais. Mas isso está em equação e estão a ser realizadas reuniões nesse sentido. Relativamente à secção de obras ou o atendimento, conforme disse há bocado, é lamentável toda aquela discrição que é feita pelo Senhor Fábio Felício e aquilo que a Ana Ramos também diz aqui. Como disse, vou solicitar por escrito um relatório sobre aquilo que foi escrito pelo Senhor Fábio Felício para que fique clarificado qual a razão que levou a que os serviços não tenham respondido em tempo oportuno e em tempo muito mais célere do que aquele que se verifica ali. Relativamente à questão das obras por concretizar, com certeza que haverá muitas obras que não serão concretizadas agora, outras que serão, outras que não serão, outras que vão ficar a meio, isso é como tudo na vida, isto é a chamada dança dos anos, vão evoluindo, vão andando. Relativamente à questão dos quarenta fogos, só agora é que começaram, só agora é que o empreiteiro começou a trabalhar, portanto só agora é que foi possível, depois de todos os problemas, de todas as vicissitudes. Em dois mil e nove foi lançado um concurso neste sentido, não produziu efeitos porque o empreiteiro desistiu, a seguir surgiu aquela crise económica de dois mil e oito, dois mil e nove e só agora foi possível, mesmo depois do visto do Tribunal de Contas, que também demorou bastante tempo, porque é um processo que tem obrigação de ter o visto, como teve e só agora é que foi possível iniciar. Evidentemente que já deveria estar há mais tempo, Albufeira carece desse tipo de possibilidade que não tem tido muito. Temos adquirido algumas habitações, algumas frações em prédios soltos, mas de qualquer das maneiras penso que aquilo é uma parte que já vem responder a alguma coisa, não totalmente mas a alguma coisa, juntando com as outras que estão previstas e que estão em projeto, nomeadamente Fontainhas, Samora Barros e na Quinta dos Barros, nos Calijos, que tudo somado já dá à volta de cento e sessenta habitações o que já é um número



bastante razoável. Assim, as coisas andam relativamente rápidas para que dentro de pouco tempo as pessoas com carência habitacional tenham possibilidade de estar a viver nesse mesmo espaço. Relativamente à estrada dos Golfinhos para a Marina é um processo que já está no Tribunal de Contas há muito tempo, está agora dependente desta revisão que está presente aqui hoje na Assembleia para que depois o Tribunal de Contas possa realmente evoluir. Não é nenhuma questão, é apenas o espelho de que a estrada dos Golfinhos ao longo da Marina seja introduzida no Plano e Orçamento de dois mil e vinte e um, que é isso que eles necessitam de saber e é isso que vai ser respondido amanhã, caso seja aprovado, claro, se não amanhã nos próximos dias da semana que vem. Relativamente à questão do PDM, é difícil fazer uma previsão, no entanto, no entanto tenho uma reunião com o senhor representante da empresa que está a realizar este Plano, para tratarmos da calendarização das várias acções que há, com possibilidade de fazer ainda em tempo útil. No entanto, contrario a sua opinião sobre a questão da transparência, ninguém está aqui a esconder nada, absolutamente nada, também faço lembrar que em termos dos dezasseis municípios algarvios apenas um tem o PDM resolvido, que é o município de Silves, mas começou muito tempo antes, portanto, não estou a ver que esteja muito desfasado daquilo que é a panorâmica dos municípios Algarvios. O Senhor Roberto Raposo, os quarenta fogos lá estarão iniciados em Paderne, a questão do saneamento e das águas residuais, da primeira fase, vai haver agora uma segunda fase que vai ser para a zona de Ribeira de Alte, Carrasqueiro, esta fase agora é dos Matos, por ali acima, e depois é para o outro lado. Essa vai ser também lançado o concurso, esta agora vai começar a obra, não sei se o empreiteiro já anda por lá a fazer alguns serviços preparatórios, até penso que sim, ele falou que ia lá, mas eu ainda não tive oportunidade de passar por lá. Relativamente à questão da etar é um problema realmente premente e bem posta a questão, sobre a capacidade da etar. Paderne que já tem alguns problemas, estão identificados com as Águas do Algarve. As Águas do Algarve já adquiriram lá um terreno junto à ribeira entre o caminho e a ribeira, para construir uma nova etar, isso ainda não aconteceu, mas está tudo equacionado em termos de quantidades de produção de afluentes para que possam ser tratados naquela etar, com maior dimensão e com maior capacidade, isso está salvaguardado. O Senhor Reigado, relativamente ao emprego, a Câmara tem que contratar as pessoas que entender que são necessárias para desenvolver a actividade. Muitas vezes são abertos concursos para pessoal que não são providos, que



não há candidatos para que isso aconteça. Às vezes até concorrem alguns, quando se chega à última fase, ao recrutamento ou já não estão quase nenhuns. No entanto nós não perdemos, no mapa de pessoal, salvo erro temos cento e trinta e tal pessoas com possibilidade de contratar. Evidentemente que só podemos contratar pessoas desde que sejam necessárias para o nosso desenvolvimento. É preciso ver que tudo aquilo que a gente pensa em termos de receitas, por exemplo o IMT que é uma receita que é contingencial, que depende da contingência do momento, é um imposto que varia conforme as circunstâncias. O ano de dois mil e vinte só foram normais os meses de Janeiro e Fevereiro, a partir do mês de Março começou esta situação de pandemia que ainda estamos a viver, onze meses. No entanto, comparando o ano de dois mil e dezanove com o ano de dois mil e vinte em termos de quebra de receitas de IMT nós temos oito milhões e tal a menos, isso é bastante dinheiro. Juntando a falta de fundos europeus que temos pouco porque o Algarve foi considerado naquela fase saído do objectivo um, que é uma zona considerada que tem um per capita já elevado, entende a União Europeia e nós ficamos sem muitos fundos que noutras zonas do país têm fundos para tudo e mais alguma coisa, muito mais que o Algarve tem, fundos a oitenta e cinco por cento a fundo perdido, que não tem nada a ver com aquilo que nós temos no Algarve. Esperamos agora, por aquilo que é o apoio à recuperação económica do Algarve, prometido pelo Governo, os tais milhões de euros que hão-de vir aí, depois há-de haver aquela questão que se falou sempre e que se chamou bazuca, que a gente de bazuca ainda não vimos nada nesse aspeto. Mas esperemos que isso venha a acontecer e todos ansiamos que sim, evidentemente que a situação se não é dramática é quase, evidentemente que é, vamos tentando fazer aquilo que é possível em termos de ajuda, quer a nível alimentar através das IPSS, que fazemos muito, quer a nível de medicamentos, a nível do arrendamento, temos o subsídio ao arrendamento, temos uma série de medidas que podem minimizar os problemas que muita gente tem. Resolvê-los totalmente, pois, se calhar é quase impossível, mas fica sempre essa possibilidade de haver novas medidas que vamos implementando de acordo com as nossas possibilidades. Temos de começar a ver as nossas possibilidades de fazer determinados tipos de apoios."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA



CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

## ORDEM DO DIA

### PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Boa noite a todos. As primeiras palavras são para congratular o Senhor Presidente da Assembleia pelo desafio que colocou em prática, fazer esta sessão mista neste momento da pandemia que me parece um medida completamente adequada face ao risco extremo que temos em grande parte dos concelhos de Algarve e Albufeira em particular e acho que era necessário fazer uma medida adicional de gestão também adicional ao exterior visto que o confinamento tem de ser mais intenso, porque senão não conseguimos controlar a pandemia e está aqui uma demonstração, mais uma medida que pode contribuir também para tal. Claro que temos aqui algum caminho a melhorar e termos de tecnologias mas isso o caminho faz-se caminhando, o que é normal nas primeiras vezes ou a primeira vez possa haver aqui algumas falhas que vamos tentar todos contornar para que consigamos participar e ouvir a Assembleia da melhor forma. Dito isto, as duas questões que queria colocar ao Senhor Presidente da Câmara relacionadas com o relatório. Uma relacionada com a primeira com a aquisição de terrenos de alguma forma do ponto de vista transversal, parece-me que estamos na ordem do relatório de perto de um milhão de euros em aquisições de prédios rústicos, prédios urbanos, imóveis, e queria dizer que estão referidos três prédios rústicos em Paderne, um urbano em Paderne, mais um imóvel em Paderne, um prédio rústico e um urbano na Guia e um imóvel em Vale Pedras, julgo que este em Vale Pedras é o que foi abordado na anterior Assembleia. Sobre as finalidades destes imóveis que queria colocar a questão, mas não se percebe se estes prédios rústicos e urbanos em Paderne qual é a finalidade, tal como o imóvel, tal como o outro também rústico e urbano na Guia, talvez se perceba apenas que o imóvel de Vale Pedras é para finalidade da Proteção Civil, mas depois na última Assembleia e nota que seria revogada essa decisão, pelo menos para perceber em que ponto ficamos nestas momento das



aquisições. No segundo ponto, na segunda questão gostaria de abordar a transferência de competências por causa da saúde, uma vez que há uma referência de um auto de transferências, e a questão em concreto é; em que fase estamos dessa mesma transferência e o que é que neste momento o Município já tem, digamos, competências e o que é que está a executar nesta área?”-----

Francisco Oliveira: "Boa noite Senhor Presidente, caros Deputados, mesa, colegas que estão em ZOOM. Pois, gostaria também de me associar à congratulação que o Pedro Coelho fez relativamente à forma como neste momento estamos a prosseguir com esta Assembleia Municipal. Tinha-se falado já há algum tempo nesta possibilidade e infelizmente devido à situação que estamos a atravessar podemos verificar que não será uma situação única infelizmente e se calhar teremos que avançar nesse sentido, não só para as Assembleias Municipais mas também para os processos relacionados com o funcionamento da própria Câmara Municipal. Se calhar está na altura mesmo de todos aqueles procedimentos que há pouco foram falados pela Doutora Ana Almeida e que eventualmente estão emperrados e que têm alguma dificuldade serão com certeza absoluta mais facilmente resolúveis através dos novos sistemas e por via da NET e por via nestes sistemas das novas tecnologias. Eu naturalmente gostaria aqui de colocar uma questão que tem a ver com o que o Senhor Presidente há pouco referiu e que tem a ver efetivamente com este ponto da Ordem de Trabalhos que é a Informação do Senhor Presidente. Eu relembro-me e penso que todos nós aqui nos lembramos que há cerca de um ano, um ano e tal, nós andamos a solicitar que nessa informação nos seja fornecidos os elementos relativamente ao andamento do PDM. Mas não só. Mas também para além do andamento do PDM outros eventos que eventualmente foram realizados durante o percurso do tempo e que também nos foram prometidas as contas ou as informações relativamente a essas situações. E portanto, uma vez que há uma Informação do Senhor Presidente da Câmara, essa Informação é muito detalhada relativamente a toda uma série de situações, nomeadamente os fundos que são dados às Associações, às mais variadas Entidades, todo uma série, uma Pânopie de informação. Parece-nos que não custaria muitos dar-nos efetivamente a informação sobre o andamento do PDM, reconheço que o PDM de Albufeira não foi dos primeiros, mas também a verdade é que a forma como está a ser transmitido noutros concelhos o andamento do mesmo, até com um pedido de desculpas de alguns Municípios relativamente aos atrasos, é com essa mesma transparência com informação de que



neste momento fizemos isto, ou não podemos fazer ou que pudemos fazer dentro de algum tempo. Nomeadamente o Município de Loulé que tem quanto a isso de facto uma forma dita transparente, mas pelo menos regular aos munícipes sobre essa situação. Recordo mais uma vez também a necessidade da informação sobre os eventos, sobre os valores que são gastos nesses eventos e sobre uma contabilidade exata e correta relativamente aos mesmos. Muito obrigada". -----

Presidente da Assembleia: "Só aqui em jeito de resposta ao Deputado Pedro Coelho, só no sentido de dizer, que assim que tivemos a dificuldade das sessões presenciais que temos vindo a tentar implementar, hoje foi possível, e o mérito é todo único e exclusivamente dos técnicos da Câmara Municipal, da Luisa e da Célia que foram incansáveis em tentar conciliar esta filosofia que hoje conseguimos aqui implementar. Não é a melhor, como tivemos a dificuldade de início mas os caminhos também se fazem caminhando e na próxima sessão certamente conseguiremos ter uma melhor integração para que possa ser optativa a intervenção quer presencial ou quer via ZOOM e com uma melhor transmissão em termos do canal YouTube". -----

Presidente da Câmara: "Do Pedro Coelho que falou portanto da questão da bondade da Assembleia ter funcionado em ZOOM, digamos misto, e por via do momento em que estamos em risco extremo, não é bem assim, porque Albufeira já saiu do risco extremo há dois ou três dias, estamos no risco muito elevado. Não quero dizer com isto nem nos compete a nós estarmos a vangloriar sobre isso de maneira nenhuma mas é só para dizer que realmente tem descido o número de há uns dias para cá, não significa porém que de um momento para o outro mude outra vez para outro nível. Assim seja e era bom que fosse realmente uma descida permanente, sempre. Relativamente à questão daquilo que está no relatório, a questão da aquisição dos terrenos, quer dizer que o terreno de Vale Pedras não está aí contemplado, nem foi adquirido ainda, nem foi feita a escritura, nem vai ser enquanto não for clarificado e espero trazer à próxima reunião da Assembleia, a clarificação está quase terminada, trazer à Assembleia a especificação sobre esse mesmo ponto e sobre essa mesma aquisição para que não fiquem dúvidas e para que a transparência acima de tudo aqui levantadas de alguma maneira relativamente há minha pessoa e que penso que não será de maneira nenhuma e irá ser com certeza esclarecido. Se não se conseguir esclarecer com certeza sou o primeiro a desistir dessa aquisição independentemente de fazer falta ou não. Portanto não quero é que subsistam dúvidas sobre essa mesma aquisição. Relativamente às



aquisições que foram feitas em Paderne, para além duma fração ou outra destinada à Habitação Social, existem alguns terrenos que foram adquiridos, até em consonância com a Junta de Freguesia, nomeadamente um terreno ali naquela parte quando se volta ali para a Fonte, o caminho da Fonte, ali onde foi em tempos o mercado, nomeadamente esse. Havia um mais acima, ali antes do café, chamado "Café do Marinho", ali à esquerda quando se vem, rústico adquirido ali e um outro lá em cima que é para construção urbana que era do Crédito Agrícola. Portanto esses são aqueles que eu me lembro. Aqui na Guia foi uma fração para habitação, as aquisições por aquilo que eu lembro agora nos últimos tempos foram apenas essas e não mais. Relativamente à questão da Saúde, à Transferência de Competências, foi assinado no princípio de Janeiro o Auto de Transferência de Competências. Esse protocolo está assinado, temos as competências já estritas relativamente à questão dos equipamentos da parte dos edifícios e também de algum pessoal e estamos já a assumir essas competências no verdadeiro sentido da palavra. Portanto, mas de notar que aquele espaço que está ali em Albufeira uma parte é da responsabilidade do CHUA (Centro Hospitalar da Universidade do Algarve) e a outra parte é então da ARS que é o Centro de Saúde. Nós só temos competências sobre essa mesma parte. Evidentemente que o nosso caminho e já fiz referência ao Senhor Presidente da ARS aqui há alguns dias, o nosso caminho é evidente que é iniciarmos o processo para a construção de um Centro de Saúde novo. Lá adstrito, lá nos terrenos adstritos àquele espaço para evitar toda aquela, aquele espaço que está lá cheio de contentores e pré-fabricados que não fica muito atípico em Albufeira. Portanto nós estamos abertos para a construção de um espaço novo, se digo seja lá ou noutra sítio qualquer. Relativamente à questão do Francisco Oliveira sobre o PDM, já disse e se realmente é para pedir desculpas, pois também posso pedir desculpa pelo atraso, e realmente não estou a dizer que está adiantado o PDM de Albufeira porque não está, não tem havido muita evolução nesse sentido. Como disse tenho uma reunião agendada com o Senhor Representante da empresa que está a fazer o processo, posso incluir no próximo relatório isso que pediu bem como as contas dos eventos que podem surgir. Acho que é um bom desafio, aceito essa solicitação, penso que sim. De resto acho que é só". -----

Miguel Pinheiro: "Boa noite a todos. Gostaria de me juntar, ou seja, mais uma pessoa a juntar-se às felicitações sobre esta situação do ZOOM realmente é positivo e esperamos que se mantenha e que isto seja uma boa experiencia. A minha pergunta



para o Senhor Presidente da Câmara tem a ver com as informações, por exemplo onde diz: “foi deliberado apoiar financeiramente com uma verba no montante de cinco mil euros a Igreja Evangélica Ministério Manancial da Plenitude para o desenvolvimento do Plano de Atividades 2020-2021” e que também existe noutra parte do documento informação sobre uma verba entregue à “Fabrica da Igreja Paroquial de Albufeira”. A pergunta é: se estes montantes que são entregues e que são aplicados neste caso como às Associações de Desporto e etc., se existe alguma fiscalização depois? Porque por exemplo aqui no caso da “Igreja Evangélica Ministério Manancial da Plenitude” é um bocado genérico, o “Plano de Atividades 2020-2021” é um bocado genérico, e não se fica a perceber em que é que é aplicada esta verba”. -----

Presidente da Câmara: “Relativamente a isto com certeza todos os apoios dados a Entidades Associativas e essa Entidade independentemente daquilo que pratica merece-nos toda a confiança, que são compostas com pessoa como outra entidade qualquer, no entanto todas elas regem-se pelos mesmos critérios de atribuições de verbas e que carecem depois do envio do Relatório de Atividades no ano a seguir. E todas as Associações são obrigadas a ter por lei a Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento e depois a Aprovação do Relatório de Atividades e Contas. Portanto espero que realmente essa entidade e estamos numa fase e a explicação que vinha, salvo erro, era para apoio a pessoas carenciadas. Portanto é uma fase digamos difícil que atendendo àquilo que são as pessoas que ali estão, são pessoas de corpo inteiro tal e qual como nós, independentemente de cada um de nós professar a religião ou culto que entender e que é livre para isso e portanto não merece duvida pelo menos até ao momento da aplicação dessas mesmas verbas. Independentemente de ser para a “Igreja Evangélica”, ou para a “Fábrica da Igreja”, de um lado qualquer de uma paróquia qualquer no concelho de Albufeira, portanto vamos continuar a ver até que alguma coisa nos diga que não devem ser atribuídos mais apoios nesse campo”. -----

### PONTO DOIS

Tomada de Conhecimento do Sistema de Controlo Interno;-----  
 O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----  
 Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----



O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos três e quatro e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

### **PONTO TRÊS**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação da 1.ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2021-2025; -----

### **PONTO QUATRO**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação da 1.ª Revisão - Alteração Modificativa ao Orçamento e do Plano Orçamental Plurianual 2021-2025, incluindo a 1.ª Alteração do Mapa de Pessoal e Plano de Recrutamento para 2021; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Pois, Senhor Presidente e Senhores Deputados a posição do Grupo Parlamentar Socialista neste sentido, é no sentido da aprovação quer das Grandes Opções do Plano quer do Orçamento, e deve-se a vários fatores entre os quais a intensão, e temos que aqui dizê-lo, por parte da Câmara Municipal de alargar alguns dos apoios que vimos já a ser concedidos e ter interiorizado também nestas alterações, algumas, para não dizer bastantes propostas que os Vereadores do Partido Socialista têm vindo a fazer ao longo do seu mandato. É nesse sentido portanto rejubilamos com a possibilidade de integração dessas mesmas propostas da alteração de algum sentido efetivo mais social tendo em consideração a fase que atravessamos e por essa razão entendemos de facto prosseguir e votar favoravelmente quer nas Grandes Opções do Plano quer no Orçamento, neste caso a Alteração das Opções e do Orçamento para dois mil e vinte e um". -----

Presidente da Câmara: "A nossa preocupação é realmente essa, tentar chegar como já disse aqui, normalmente a uma plataforma de atendimento sobre as várias questões faltando agora evidentemente a operacionalização de cada uma das questões aqui inseridas, não escusando e não estando de parte a hipótese de dentro da próxima Assembleia termos uma nova Revisão de algumas coisas que não estejam aqui contempladas. Como sabem esta Revisão tem como objetivo aqui a regularização do saldo e toda essa parte que de alguma forma pode haver aqui coisas que terão de ser alteradas, mas depois cá estaremos para as operacionalizar. Portanto era só". -----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

### **VOTAÇÃO DO PONTO TRÊS:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Miguel Pinheiro e Cândido Reigado. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

### **VOTAÇÃO DO PONTO QUATRO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02), Miguel Pinheiro e Cândido Reigado. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

### **PONTO CINCO**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização para a "Transferência para o Ano de 2021 dos Saldos dos Compromissos Existentes à data de 31 de Dezembro de 2020; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Só para dizer que trata-se de uma questão burocrática naturalmente e portanto iremos votar favoravelmente, uma vez que sem a transição destes valores e destas verbas não poderemos executar e ainda para mais tendo sido dada a possibilidade agora com a nova legislação de ela ser aplicada mais cedo de quando nos anos anteriores tínhamos de esperar por Março, Abril ou Maio e portanto



estar três ou quatro meses sem poder fazer qualquer tipo de intervenção. Muito obrigado". -----

Presidente da Câmara: "Só apenas realmente para reforçar o que o Francisco Oliveira disse que é a primeira vez que isso acontece, que no fundo é histórico, que é a utilização do saldo de gerências do ano anterior ser a possibilidade de ser utilizado de imediato ou quase imediato, digamos com este tempo de ilação apenas porque aspetos burocráticos e temporais, e como sabem isso só era possível a partir do fim da aprovação das contas. O fim da aprovação das contas normalmente registava por volta do final de Abril, em princípio mês de Abril, só em Maio é que isso acontecia, agora não, portanto finalmente foi reposta aqui uma situação que há muitos anos vinha sendo referida por todos nós, precisamente em vários sítios fiz mesmo essa menção e que finalmente chegamos a esse ponto, ainda bem. Era só". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

**PONTO SEIS**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação prevista na alínea k) do n.º 1 do art.º 33 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como na alínea g) do n.º 1 do art.º 25 do mesmo diploma legal, referente à "Proposta de Adaptação dos Regulamentos em Vigor no Município de Albufeira, no âmbito da Ação Social, como Medidas Extraordinárias no âmbito da Pandemia Covid-19; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----



Francisco Oliveira: "Relativamente às propostas de alteração parece-me também benéficas uma vez que vão alargar o espectro e o amo de aplicação dos subsídios e da possibilidade de valores que são dados à população. De facto todos os esforços são poucos o Governo está a fazer os deles e a Câmara Municipal fará aqueles que são possíveis fazer. A ideia aqui será, se possível, não pararmos por aqui e portanto estas alterações tal e qual como as anteriores. O Senhor Presidente há pouco referiu, com as Alterações das Grandes Opções do Plano e do Orçamento e agora com dos Regulamentos poder eventualmente também serem alargadas cada vez mais tendo em consideração que infelizmente a crise se calhar só esta neste momento a começar e teremos os seus resultado lá mais para a frente. Muito Obrigado". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Prestação de Serviços de Recolha e Encaminhamento de Resíduos de Construção e Demolição e Resíduos Contendo Amianto", até ao limite de 210.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----



Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao "Protocolo de Colaboração Financeira entre Aspirante "Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufeira" e QRER - Cooperativa para o Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade, CRL"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Senhor Presidente, a questão que gostaria aqui de colocar neste âmbito era se ficava um pouco melhor, quais são as informações que são subjacentes a este protocolo e parece-me bastante interessante mas como não é muito concreto, não se consegue perceber a sua plenitude e nomeadamente se ao nível da atual valorização dos recursos endógenos em Paderne e de nível de algum valor, do valor da alfarroba, da amêndoa ou do figo, se estes recursos endógenos vão ser utilizados de alguma forma neste projeto visto que há alguma preferência de avaliação entre os produtos gastronómicos e os produtos locais, mas não se percebe o objetivo da amplitude das ações. É era isso que gostaria aqui de colocar se era uma forma também de valorizar esses produtos". -----

Presidente da Câmara: "Pedro, esta questão da elaboração do protocolo entre os três Municípios, pois tem a ver com a parte que temos de desenvolver ou que temos que mostrar que desenvolvemos, e não é só mostrar é também fazê-lo, como aspirante, ainda não somos Geoparque, somos Aspirante da Geoparque. Aliás tu trabalhas-te nessa situação até ao momento em que depois tiveste sair da Câmara de Silves, em que enfim, tem andado bastante bem em termos de independentemente estarmos nesta



situação. Nós, cada Município tem de entrar com uma determinada verba para que possamos realmente fazer algumas ações, nomeadamente mais ações também de Marketing, ações de publicitação daquilo que vai ser a criação de percursos, da criação com placas indicativas desse mesmo percurso, enfim, tudo isto inclusivamente aquilo que dizias à pouca relativamente à questão da parte alimentar, questões relacionadas com os produtos endógenos. Como o próprio nome indica, produtos locais, conjugando aqui o que era a riqueza geológica das zonas onde está inserido, a área geográfica onde está inserido o Aspirante Geoparque Algarvensis, nomeadamente aquela questão que tem a ver com o Município de Albufeira que é aquela zona ali essencialmente do Escarpão e a zona ali do Castelo onde está a ser trabalhado pelo nosso Coordenador Municipal, aqui o Doutor Luis Pereira está de uma forma muito próximo para trabalhar neste campo. O protocolo é mais ou menos genérico, evidentemente que é mas o objetivo no fundo é também começar a dar corpo às ações que vamos ter que realizar. Até que não podemos pensar que já entregámos a papelada e portanto agora ficamos à espera, calmamente à espera que aconteça qualquer coisa de bom teoricamente. De qualquer das maneiras isto é um processo de momento moroso e até lá temos que ir também trabalhando. Era para ter sido, aliás, foi marcado já duas vezes a visita da Senhora Ministra Ana Abrunhosa. Uma das últimas ia ser dia vinte e nove onde começávamos por almoçar na zona de Paderne no sentido de referência obviamente ao Geoparque, depois iríamos, não de manhã era a entrega dos prémios no Município de Silves, depois era o almoço em Paderne, precisamente com produtos locais, produtos da zona e depois era a inauguração em Salir do espaço relativamente ao...1.25 e isso não foi possível, não foi possível realizar-se por duas vezes, teve de ser anulado por duas vezes e agora não temos data para que isso aconteça, no fundo também para ir mostrando todo o trabalho que vamos fazendo". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar



Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----  
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, bem como nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à Candidatura "Posto de Turismo de Paderne" no âmbito do Aviso ALG-28-2020-12 - Plano de Ação de Desenvolvimento de Recursos Endógenos (PADRE)";-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, eu quis realmente intervir neste ponto exatamente porque faz aqui referência à questão do Posto de Turismo de Paderne. Posto de Turismo de Paderne é uma mera referência importantíssima, fundamental, mas para completar até a situação anterior do ponto anterior. Sabemos nós que a coesão territorial é fundamental e que a desertificação do interior tem levado uma série de circunstâncias malélicas nomeadamente no que diz respeito até ao focos rurais. Está provado que as zonas que não são, portanto não são lavradas, que não há agricultura e em que as populações as abandonam são muito mais férteis aos fogos rurais. E é portanto todo o círculo que é necessário completar no sentido da manutenção e da fixação das populações e naturalmente de situações que possam permitir que as pessoas as visitem, neste caso o "Posto de Turismo", mas que permita efetivamente esta coesão territorial. Nós com a desertificação que temos verificar do interior para o litoral temos efetivamente situações de grande risco no que diz respeito aos incêndios e outro tipo de catástrofe. Eu lembro-me que há muitos anos quando essas terras eram lavradas e quando essas terras eram de agricultura, terras de muito interior o número de fogos era muito reduzido para além daquilo que neste momento também tem de ser alterado que é outra questão que é o panorama florestal, e portanto o tipo de floresta que se pretende para o futuro. Mas só aqui para deixar mais uma congratulação, digo que isto possa ser um primeiro passo para a fixação das populações nas zonas de interior e nas zonas mais rurais. Muito obrigado". -----



Adriano Ferrão: " Boa noite a todos, boa noite à mesa e todos os presentes. Eu não podia deixar de passar esta oportunidade também para congratular mais esta medida que o Executivo tem para com Paderne. Realmente Paderne faz parte deste concelho, é talvez a freguesia em que o património natural é de maior importância e mais evidente, ainda se mantem mais caracterizado porque não sofre tanto o impacto do turismo de massas. É porém, enfim, já foi aqui evidenciado uma zona mais frágil em termos demográficos pois a juventude não encontra ali um emprego, enfim, o seu futuro mais alicerçado procurando mais as regiões do litoral. De qualquer maneira Paderne também tem, possui um património cultural, para além de natural, um cultural extremamente válido quer em material quer material e que, enfim, não tem sido negligenciado, tem sido aproveitado dentro de umas certas medidas. De qualquer maneira este Posto de Turismo só vem potenciar precisamente que o fluxo turístico chegue ali de uma maneira mais sustentada e que seja alimentado com uma informação turística cabal que leve aqui os turistas que procurem os dinheiros daquela freguesia. Isso vai com certeza possibilitar que, até as atividades mais tradicionais possam ter um impacto económico e que as pessoas encontrem ali outras maneiras e outros modos de vida, outra atividade económica que se possam, enfim, que se possam agarrar e sustentar para o seu futuro. Por isso está de parabéns a Câmara". -----

Roberto Raposo: "Boa noite. Congratular também por mais este benefício para Paderne, mas gostava de salientar aqui um facto que tem acontecido nos últimos anos e tenho recebido algumas queixas que é; as pessoas chegarem a Paderne para visitar, principalmente depois do concurso das "Sete Maravilhas" e as pessoas deslocarem-se a Paderne, chegarem lá a um sábado ou a um domingo e o Museu de Paderne está fechado, o Castelo está fechado, a Igreja está fechada. É assim, as pessoas, o turismo vai lá mas depois chega lá e não tem nada para ver. Acho que se devia começar por aí, por organizar, por ter pessoas permanentemente nesses locais para os manter sempre abertos, porque senão, não serve de nada o Posto de Turismo, se não houver nada aberto em Paderne. É só". -----

Presidente da Câmara: "Realmente o Posto de Turismo vai acontecer, já está em projeto, já esta em elaboração, já está a terminar o projeto, aliás. Vai ser com certeza um ponto informativo por excelência daquilo que é a possibilidade da questão do Geoparque. Geoparque começando aqui um mostrar de aspetos daquela riqueza natural que tem, neste caso a natureza principalmente geológica mas agarrada à geologia



aparece muitas outras coisas que possam ser potenciadas, nomeadamente o artesanato, a gastronomia como já falámos, os tais produtos endógenos, enfim, tudo isso possa ser catapultado e o Posto de Turismo deverá ser, quanto a mim, deverá ser um todo para que isso vir a acontecer. Não só apenas naquilo que lá está, que é; a Casa Museu do Acordéon, a Casa Museu da Banda de Música, do Avezinha, a Igreja, o Castelo, enfim, está ali já um pequeno conjunto de, digamos, algumas atrações que possam ser motivadoras para que o Posto de Turismo estando aberto todas as outras também têm de estar abertas, senão, realmente é isso que diz, se estiver tudo fechado pois não serve ninguém. Portanto, mas este Posto de Turismo pretende ser isso também, há aqui também uma feliz coincidência que é a questão da candidatura a Geoparque, como já disse somos Aspirante de Geoparque, não somos Geoparque, claro, nem pouco mais ou menos. Mas de qualquer das maneiras esperamos que isso venha a acontecer e que seja realmente aqui uma força boa para aquela freguesia no concelho de Albufeira". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, da Recomendação apresentada pelo BE intitulada "Vouchers de Refeições aos Municípios"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Miguel Pinheiro: "Aqui nesta recomendação, ou seja, nós achamos que as pessoas efetivamente têm neste momento necessidades e carências alimentares e salvemos o



trabalho que tem sido feito pela Câmara Municipal em conjunto com as IPSS, mas achamos que neste momento é pouco. Ou seja, já há quase um ano que estamos em situação de pandemia e deveríamos começar a mudar o paradigma deste apoio às pessoas. O que sugerimos, aqui chamamos-lhe "Vouchers de Facilidade" poderíamos chamar Vales de Refeição ou Vale Alimentos, ou o que seja, e o que achamos é que ao dar aos Munícipes que estão em carência alimentar a opção de escolha estamos a dar-lhe dignidade que por vezes podem não ter. Porque, entretanto esta semana houve vários relatos nas redes sociais, que valem o que valem mas temos que os ouvir, que dizem que algumas pessoas receberam alimentos que já estavam fora de prazo ou alimentos que não vão consumir, ou seja, é desperdício alimentar ainda em cima da carência alimentar que essas pessoas têm e por isso a nossa sugestão era que se protocolasse com os comerciantes uma entrega de vouchers ou vales que permitissem às pessoas fazer as suas próprias escolhas alimentares. É só". -----

Francisco Oliveira: "Eu penso que é uma excelente medida, uma excelente recomendação por parte do Bloco de Esquerda. E eu quero aqui realçar duas situações que muitas vezes não são, não são colmatadas com a distribuição dos próprios alimentos. Há situações em que as pessoas não têm possibilidade de os cozinhar, vivem num quarto ou vivem em instalações onde não têm essa possibilidade, e há também uma outra solução que foi adotada por alguns Municípios, nomeadamente os Municípios de Pedrógão após os incêndios que foi de dinamizar o comércio local ou neste caso a restauração que infelizmente neste momento por todos as razões que sabemos que está encerrada e que naturalmente irá reabrir, e que foi concederem vouchers aos funcionários das Câmaras Municipais. Câmaras, quando digo Pedrogão e ali à volta e a algumas pessoas carenciadas para os gastarem e despenderem no comércio local e só nesse comércio local. E aqui frisaria também a ideia de comércio local e não eventualmente, embora não seja radical e fundamentalista, mas não irem aos centros comerciais e de facto irem gastar lá quando temos aqui os restaurantes locais que necessitam efetivamente desse apoio. E portanto isto seria um crescer, por assim dizer, há recomendação feita por parte do Bloco de Esquerda que há várias formas de poder fazer essa ajuda e de injetar, por assim dizer, valores na economia local. Muito obrigado". -----

Adriano Ferrão: "Ora é o seguinte; eu ouvi há pouco, dizia eu que estava a ouvir há pouco aqui o elemento, o Membro da Assembleia do Bloco de Esquerda dizendo que



achava que era pouco o que a Câmara ainda estava a fazer. Por isso eu tenho, temos conhecimento que a câmara Municipal tem acordos com IPSS e com Associações no sentido de ajudar a população mais desfavorecida do Município. Mas confesso que eu gostaria de saber mais sobre o processo que está implementado e sobre a sua abrangência, a sua qualidade e mesmo sobre a sua frequência, pelo que gostaria de interpelar o Executivo quanto a isso". -----

Presidente da Câmara: " Com certeza que nós temos, nós o Executivo e o Município está já a ajudar esses extratos de pessoas carenciadas e com necessidades alimentares, neste caso e não só, já antes disso o vinha a fazer, muitas vezes através das IPSS mas também as próprias IPSS per si também têm dado algum apoio. No entanto para esclarecer melhor isso eu pedia que a Senhora Vice-Presidente que tem esse pelouro da Ação Social e estará mais dentro disso, se ela tiver essa possibilidade fazer uma intervenção". -----

Vice-Presidente: " Boa noite a todos. Agradeço a oportunidade de tentar fazer aqui um apanhado daquilo que tem sido o último ano relativamente ao apoio que se tem dado ao munícipes nesta área, não só na área Social mas principalmente naquilo que estamos aqui a discutir, na carência a nível alimentar. Quando nós entrámos em confinamento em Março do ano passado começamos a ter muitas solicitações por parte de vários agregados familiares que tinham falta de tudo praticamente. Nós tínhamos alguns programas já em vigor, como fosse o apoio ao arrendamento e o apoio à medicação, mas não era prática termos um programa de fornecimento de cabazes alimentares, essa situação era colmatada pelas IPSS do concelho através dos fundos que a Câmara lhes atribuía todos os anos. Mas percebemos que isso não iria ser suficiente e então durante o confinamento do ano passado criámos um programa a que demos resposta já, em que foi feito um protocolo com a AHSA e em parceria com um supermercado ali ao pé da freguesia do concelho. A adesão foi bastante e quando terminou o confinamento nós percebemos que a AHSA sozinha não ia conseguir dar resposta a tanta solicitação e então desafiamos as IPSS do concelho a criar e a participa connosco num programa de maior abrangência. Para isso fizemos um protocolo com cinco IPSS, Santa Casa da Misericórdia, Fundação, Cruz Vermelha, AHSA e Centro Paroquial de Paderne, para atribuição de cabazes alimentares. Esses cabazes foram discutidos qual é que podia ser a sua composição com todas as IPSS e com pessoas com conhecimento na matéria e então nós chegámos a um cabaz cuja composição se constitui por: secos; leite, papas



(no caso de haver bebés), arroz, massa, cereais, tostas, bolacha Maria, feijão, grão, atum em lata, salsichas em lata, polpa de tomate, azeite, óleo, sal e açúcar. Relativamente a frescos; queijo, fiambre, feijão-verde, cebolas, alhos, creme para barrar, marmelada, ovos, fruta e legumes. Congelados; mistura de vegetais, ervilhas, pescada, frango e hambúrguer. Produtos de higiene; detergente para a loiça, detergente para o chão, gel de banho, champô, sabonete, pasta de dentes e fraldas. Porque entendíamos que, normalmente as IPSS não incluíam produtos de higiene e também não incluíam frescos e nós entendemos que o Município devia de assumir essa carência. É preciso aqui distinguir duas coisas: uma coisa é o protocolo que a Câmara fez com estas IPSS e que neste momento abrange quatrocentos e quarenta e seis agregados familiares no total de mil cento e seis pessoas com um custo mensal de trinta e um mil duzentos e vinte euros. O que eu estava a dizer era que não podemos confundir este programa que nós temos em protocolo entre a câmara e estas cinco IPSS com os restantes cabazes que são dados pelas IPSS nos seus mais variados programas em que a Câmara não pode impor aquilo que cada Associação entende e consegue fazer. Porque muitas destas Associações dão cabazes também com aquilo que lhes é doado. Eu também vi, fizeram-me chegar essa publicação do facebook e dei-me ao trabalho como vocês devem de compreender de tentar perceber o que se passava e esse munícipe é utente da Santa Casa da Misericórdia no programa que se chama POAPMC que é uma parceria com a Segurança Social. Entrei em contacto com a Santa Casa para perceber o que é que se passava, a Santa Casa aquilo que disso foi que de facto poderia ter adquirido um produto que poderia ter sido uma doação de uma fábrica ou de uma pastelaria que já tivesse passado da validade mas que a saída de produtos era tanta que não é frequente nem é habitual o prazo de validade estar espelhado. Realmente as vezes existem produto que podem estar perto de perderem a sua validade mas que as pessoas só levam se quiserem, ou seja, esse caso aconteceu num protocolo que a Câmara não é parte, eu tentei saber explicações mas aquilo que me é dado a conhecer nós não temos reclamação nenhuma relativamente áquilo que é o protocolo que a Câmara tem com essas cinco IPSS e aos quais a Câmara tem obrigação de vigiar. Queria também salientar que, como é óbvio e vocês devem compreender que a situação dos vouchers ou do cartão para as pessoas poderem ir às compras também foi algo que nós também imaginamos logo desde o primeiro momento, porque imaginamos que obviamente dará mais dignidade às pessoas. Nós temos isso por



exemplo para a aquisição de medicamentos com a diferença que a aquisição de medicamentos só pode ser feita se vier procedida de uma receita médica. Como é que nós iríamos fazer isto a nível alimentar? Nós temos que compreender e o valor desta parte foi feita pelos técnicos e não por mim que não tenho formação profissional na área, os técnicos viram várias desvantagens na entrega de um cartão que possibilitasse as pessoas de irem às compras livremente. Segundo eles dificuldade em controlar os bens adquiridos pelos munícipes, nota-se na grande maioria dos agregados familiares uma incapacidade da gestão doméstica. Exposição dos comerciantes face à atitude dos munícipes quando forem impedidos levar alguns dos bens, impossibilidade dos serviços controlarem em pratica a entrega dos vouchers tendo em conta que neste momento temos quatrocentos e quarenta e seis agregados familiares e está previsto um aumento de mais cento e cinquenta. O custo acrescido destes cabazes. Eu quero aqui salientar que o problema não é a Câmara investir mais, o problema é que, uma coisa é a Cruz Vermelha que neste momento entrega cem cabazes consegue adquirir os produtos a um preço muito mais baixo do que se comprar só um cabaz. Diminuição do acompanhamento técnico e contínuo por parte dos técnicos municipais e das IPSS, uma vez que os munícipes através das instituições acabam por ter acompanhamento social mensal o que por vezes promove a sinalização de outras situações e a confirmação da necessidade de apoio. Por isso eu gostaria aqui de sensibilizar todos que neste momento existe uma máquina montada que nós consideramos que está a funcionar bem, que caso algum de vocês conheça algum problema que faça chegar isso ao Executivo ou aos Serviços Sociais e que seria muito complicado nesta fase, depois de já quase um ano de prática, irmos agora inverter a forma como lidamos. Porque a mim também não me parece justo entregarmos a uma família que nós entendemos que é mais organizada um voucher e outra família que entendemos que é menos organizada um cabaz, porque parece que estamos aqui a discriminar as pessoas. Termino dizendo, porque o Deputado Francisco Oliveira referiu isso, relativamente às situações de refeições confeccionadas nós temos no concelho duas Cantinas Sociais. Uma da Santa Casa da Misericórdia e outra da Fundação, e temos ainda o CASA que também entrega refeições diariamente já confeccionadas. Sempre que um munícipe se dirige aos Serviços Sociais é questionado se ele prefere um cabaz ou se prefere que a refeição seja confeccionada, e tendo em conta a resposta do mesmo é encaminhado para uma



resposta ou para outra. Não sei se querem mais algum esclarecimento, estou ao dispor. Obrigada". -----

Presidente da Câmara: "Está esclarecido e bastante bem". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: onze (11) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----

Votos a favor: catorze (14) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Raquel Reis, Pedro Coelho, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Leonardo Paço, Hugo Aires, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

### PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, da Moção apresentada pelo BE intitulada "Pela tradução em Língua Gestual Portuguesa das transmissões da Assembleia Municipal de Albufeira.----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Miguel Pinheiro: "Nesta Moção o que queremos transmitir é que neste momento em tempo de pandemia ainda mais se torna difícil para quem tem problemas auditivos que compreendam o que falamos, as pessoas estão a usar máscara. Neste momento estou a olhar para a emissão do YouTube e todos os elementos então a usar máscara e as pessoas que têm problemas auditivos aliciam-se na leitura de lábios, neste momento nem a leitura de lábios lhes é possível, já que, e no contexto em que vivemos temos de usar máscaras. A nossa proposta é que nas Sessões da Assembleia Municipal passe a existir um Interpretador de Língua Gestual Portuguesa para facilitar essa compreensão dos munícipes que estão nessa situação e que ou falam Língua Gestual Portuguesa ou leem lábios. Também propomos que seja usado um software de tradução automática de fala para texto que também combater essa falta tanto nas transmissões em YouTube como quando que seja possível haver elementos presentes na Assembleia para que essas pessoas possam acompanhar a Assembleia em plenitude". -----



Adriano Ferrão: "Quanto a este assunto, embora me pareça razoável esta pretensão de qualquer maneira há aqui algumas coisas que me fazem pensar o seguinte; se eu não me engano e é estranho que assim aconteça tal não se passa na própria Assembleia da República, nas emissões que veem da Assembleia da República eu não me lembro, não recorro de ver este tipo de tradução gestual. Por outro lado, será que o Bloco de Esquerda já solicitou esta mesma deliberação que ocultou aqui a esta Assembleia na Assembleia da República? Na verdade não o sei, na verdade não o sei, mas seria bom que quando colocada aqui já tivesse passado também por ter sido colocado lá. Por outro lado há outros fones onde tal também seria necessário e tal não se passa. As próprias escolas, agora que o Senhor Ministro da Educação indicou as aulas em videoconferência como obrigatórias também não tem tradução de Língua Gestual. Será que o Bloco de Esquerda irá propor na Assembleia da República esse mesmo serviço? Outro aspeto que parece importante é conhecer quantos indivíduos no município é que requererão este serviço. Porque também não conheço nenhum estudo nesse sentido e por isso não conheço esse número e da sua razoabilidade. De qualquer modo como iniciei, penso que, enfim, costuma-se dizer que medidas deste género não fazem mal a ninguém."-----

Gaspar Meirinho: "Boa noite a todos. Queria também felicitar a Câmara e a Assembleia Municipal por esta iniciativa virtual, espero que numa próxima esteja a funcionar melhor. Relativamente à deixa da intervenção do meu colega Adriano queria também aproveitar para perceber, se, já houve interpelação sobre este tema ao Município alguma vez. Tanto na pessoa do Senhor Presidente da Câmara e se já houve intervenção a solicitar este serviço à Assembleia Municipal na pessoa do Senhor Presidente da mesa. É tudo, obrigado". -----

Francisco Oliveira: "Era só para responder ao Senhor Deputado Adriano Ferrão que de facto se calhar não está com atenção. A Assembleia da República tem Tradutores de Língua Gestual Portuguesa, quer nas transmissões televisivas, quer efetivamente no plenário. Mais, relativamente às escolas se verificasse o Orçamento de Estado contempla efetivamente a contratação de professores de Língua Gestual Portuguesa, e portanto penso que está um pouco mal informado mas deixe que lhe diga uma coisa. É que um cidadão com deficiência é um cidadão com todos os direitos como qualquer outro cidadão. E está na constituição que de facto que devem ser dadas as condições para que qualquer cidadão possa aceder com qualidade e com capacidade a todos os serviços e àquilo que possa eventualmente fazer. Portanto não é pelo número nem é por



a capacidade ou não capacidade que deveremos referir, sendo assim então teríamos de por de lado determinado tipo de pessoas que efetivamente ou não fazem parte de um determinado grupo ou não têm número efetivo. E portanto deixo aqui mais uma vez o Senhor Deputado Adriano Ferrão deve-se informar melhor antes de fazer qualquer tipo de comentário. Muito Obrigado". -----

Adriano Ferrão: "Posto isto Senhor Deputado Francisco Oliveira, dou de barato que poderei estar mal informado quanto à Assembleia da República e as suas transmissões televisivas serem acompanhadas por um Tradutor desta Linguagem Gestual. De qualquer maneira quanto às escolas, oh Senhor Deputado, eu estou ligado profissionalmente há tantas décadas às escolas, que, enfim, nestes últimos anos as promessas são isco. Por isso termos um tradutor em cada aula, em cada sala, um tradutor gestual, se o Senhor Deputado acredita, enfim, é consigo, depois lá explicará aos munícipes porque é que se calhar isso não vem a acontecer nunca. Pense só no número de Tradutores Gestuais, nem sei se os há em número para isso. Depois conhecer os indivíduos não tem aqui nenhuma discriminação, foi uma solicitação. Há algum estudo que nos diga quantos indivíduos é que existem nestas condições? Sempre de ter isso em conta, até porque a pertinência da própria medida será mais intensa conforme mais necessária ela seja". -----

João Silva: "Boa noite a todos. Eu só queria aqui dar uma nota, que para quem não sabe, a Câmara Municipal de Albufeira tem neste momento em curso um projeto, está a ser implementado um projeto de Linguagem Gestual no atendimento ao público. Eu até deixo aqui a nota se o Executivo quiser dar algumas palavras sobre esse projeto, porque quem está aqui na Assembleia Municipal e quem está lá fora a nos ouvir provavelmente não o conhece, que é um exemplo a nível nacional e também deve ser realçado neste momento. É só, Obrigado". -----

Presidente da Assembleia: "Só respondendo há intervenção do Deputado Gaspar Meirinho, só para dizer que até hoje na Assembleia Municipal ainda não nos chegou nenhum pedido, nenhuma solicitação para a linguagem Gestual ou Braile. Ainda não tivemos qualquer solicitação nesse sentido". -----

Presidente da Câmara: " Na questão que foi colocada diretamente à Câmara Municipal também não houve nenhuma solicitação nesse sentido. Para além de mais também queria dizer que nós temos um funcionário que percebe desta Linguagem Gestual, que não são todos, que é por vezes difícil encontrar este tipo de pessoas. Depois



relativamente à educação não é propriamente Linguagem Gestual mas existem a nível da educação os chamados Professores do Ensino Especial, tem a ver com cegos, mas isso há já muitos anos, quer com cegos, quer com surdos, quer enfim, com outro tipo de deficiências, que o Ministério coloca nas escolas de acordo com as necessidades claro, obviamente. Tem de haver necessidades, haver situações quando não há necessidades não vale a pena. Embora, Albufeira temos um projeto que já foi falado aqui, que foi apresentado precisamente aqui nesta sala, um projeto inovador e em colaboração co a Cruz Vermelha e outras Entidades, que eu pedia à Senhora Vereadora Cláudia Guedelha que está mais dentro deste processo e que é inovador a nível nacional". -----

Vereadora Cláudia: "Boa noite a todos. Na sequência do que o Senhor Presidente disse realmente nós implementamos este projeto já há alguns meses, um projeto em parceria com a Guarda Nacional Republicana, a Cruz Vermelha, a Proteção Civil, e os Bombeiros, com a colaboração com o Gabinete da Deficiência. Porque fizeram um levantamento sobre o número de pessoas com esta dificuldade em Albufeira e pensámos e chegámos à conclusão que existem cento e cinquenta pessoas com esta dificuldade e pensámos em implementar. Isto com dois objetivos: primeiro pensamos na questão do socorro porque através deste processo as pessoas têm a possibilidade de em caso de emergência contactar quaisquer umas destas Entidades e assim poderiam ser socorridas. Depois também chegámos à conclusão que existem idosos com esta dificuldade e no âmbito do projeto que nós estamos a dar inicio que é "Albufeira mais Vida" a GNR também precisa de contactar com eles e então têm todos um Iped que conseguem através desse aparelho contactar através duma chamada contactar com as pessoas e facilmente conseguem aceder a esse tipo de documentação. Depois também pensámos numa zona turística como a nossa era fundamental implementar no sentido de, ao recebermos um turista com esta dificuldade as pessoas terem também facilidade na comunicação. Isso também foi implementado a nível do atendimento, temos inclusive um funcionário que domina e foi ele que esteve aqui presente na apresentação do projeto a exemplificar. E é tudo, é basicamente isto".-----

Presidente da Assembleia: "Só no que diz respeito e penso que falo pela mesa toda, naquilo que depender da mesa para a implementação de novas realidades, de novas realidades comunicacionais, o que nós estamos aqui a fazer, quer a questão do ZOOM, quer a questão do YouTube, serão sempre de aplicar. Temos só que perceber que muitas das vezes entre aquilo que se pretende e aquilo que é efetivamente possível, e nós



vimos que nós tivemos uma data que demorou cinco anos até chegar ao YouTube, tivemos praticamente um ano para chegar até ao ZOOM. As realidades são estas, as dinâmicas são as que são, tenta-se implementar mas nem sempre é possível em tempo útil, em tempo record. Ou melhor é muito mais em tempo útil que em tempo record, porque há uma série de procedimentos que a Assembleia não tem disponibilidade imediata e depois tem de solicitar à Câmara Municipal e depois na Câmara Municipal tem de haver os concursos para a contratação e para aqui chegarmos. Mas como digo e dizia ao Gaspar Meirinho, não ouve até hoje qualquer solicitação de comunicação especial, não-verbal, comunicação gestual e ou em braille, até mesmo para as atas da Assembleia Municipal. A par disto o Museu já tem implementado o sistema áudio para o fazer e portanto há muito caminho para se chegar efetivamente àquilo que é a pertença e igualdade a todos os níveis". -----

Gaspar Meirinho: " É só para deixar uma nota que também existe atas escritas, essas pessoas terão certamente capacidade para ler. E aquilo que acabei de ouvir tanto do Município como da própria Assembleia, acho que fica patente que até agora ninguém se queixou. E deixar apenas uma nota ao Senhor Deputado Francisco Oliveira relativamente à intervenção do Deputado Adriano, que não está aqui em causa nenhuma questão de exclusão de quem quer que seja". -----

Miguel Pinheiro: "Eu queria só dizer que com a intervenção da Senhora Vereadora ficámos mais esclarecidos, e que, se de facto existe já esse programa para o atendimento ao público ainda mais se reforça a necessidade de existir também a tradução para Língua Gestual Portuguesa na Assembleia. E apesar de, e compreendo que ainda não tenha havido pedidos, isso não invalida que as pessoas que necessitem desse serviço não tenham interesse e não possam posteriormente vir a participar. Claro que as atas estão disponíveis, mas se hoje tivesse, hoje não que foi uma Assembleia atípica mas se numa Assembleia aparecer uma pessoa que precise dessa tradução para língua Gestual Portuguesa, há um problema". -----

Francisco Oliveira: "É uma frase antiga que "o caminho faz-se caminhando" e portanto isto que está aqui e que é proposto é uma mera recomendação e nós sabemos que quer como diz respeito à deficiência como relativamente a tantas outras coisas não se fazem de um dia para o outro. E o facto de não haver uma reclamação, não haver um pedido, não quer dizer efetivamente que não se avance e que não se comece a trabalhar nesse sentido. Já agora só para dizer que, se não foi essa a intenção, foi o



que o Senhor Deputado Adriano deixou que o número de pessoas podia ser relevante para se tomar em consideração esta medida. Muito Obrigado". -----

Adriano Ferrão: "Ora, eu já tentei uma explicação aqui ao Senhor Deputado Francisco Oliveira, parece que a coisa está difícil. O que eu acabei depois por dizer é que mediante esse número, mediante também a intensidade da medida, ou seja, se quiser agora para esmiuçar isto um pouco mais, o número de Tradutores da Língua Gestual Portuguesa necessários. E por isso é simplesmente isto Senhor Deputado, e que fique bem sublinhado". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: onze (11) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----

Votos a favor: catorze (14) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Raquel Reis, Pedro Coelho, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Leonardo Paço, Hugo Aires, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 21:35 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 04 de Fevereiro de 2021 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

A PRIMEIRA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

A SEGUNDA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

**Luisa Isabel Fernandes Alambre**

---

**De:** funassi@libero.it  
**Enviado:** 1 de fevereiro de 2021 22:34  
**Para:** Assembleia Municipal de Albufeira  
**Assunto:** Perguntas para a assembleia de dia 4 fevereiro 2021

Boa tarde.

Meu nome é **Paolo Augusto Funassi**, residente em Albufeira na rua do sol numero 12 1ro C .

Queria realizar 2 perguntas ao Presidente da Camara sr Rolo.

1) causa crise econômica e sanitaria muitos estrangeiros estão indo embora, criando no presente e sobre tudo no futuro, uma falta de mão de obra que poderá causar mais uma dificuldade na futura e esperada recuperação da economia. Queria saber se a Camara Municipal concorda em estar preocupada por esta saída de muitos imigrantes e que medidas está a tomar ou poderia vir a tomar para ajudar a dar uma solução a este problema.(sabendo claramente que os poderes da Camara neste item são limitados).

2) A rede hídrica em todo o país tem muitos problemas e em Albufeira também. Varios desses problemas são a falta de investimentos, perdas de agua da rede, rede obsoleta etc..Queria saber se o Presidente Rolo concorda e se ha alguma intenção em deixar de lado a gestão autarquica dos serviços hídricos, para que sejam geridos em conjunto com outras autarquias para unir esforços e limitar custos.A logica que ja esta sendo implementada no resto da Europa é a de criar uma massa de utentes tais para poder sustentar os pesados investimentos que o setor precisa e otimizar custos e serviços.

Muito obrigado e força Albufeira sempre.

Paolo Funassi (meu tel. 963248878)

--

Inviato da Libero Mail per Android

**Luisa Isabel Fernandes Alambre**

**De:** Fábio Felício <fabiomgfelicio@gmail.com>  
**Enviado:** 2 de fevereiro de 2021 13:08  
**Para:** Assembleia Municipal de Albufeira  
**Assunto:** Questões e Situações para Assembleia Municipal do Município Fábio Felício  
**Anexos:** 02 - Gmail - E-CMA\_2020\_32490.pdf; 01 - Gmail - Requerimento de compropriedade - Art 146 C Paderne - Fábio Felício e Andreia Guerreiro.pdf; 05 - Gmail - Marcação de atendimento.pdf; 03 - Gmail - E-CMA\_2020\_32490.pdf; 04 - Gmail - Envio de comprovativo.pdf; 07- Gmail - Certidão de Compropriedade com área errada - Procº 06\_2020\_32490 de 04\_08\_2020 Fábio Felício.pdf; 06 - Certidão de compropriedade Errada Fabio Felicio.pdf; IMG\_9855.PNG; IMG\_0563.PNG

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira, Sr. Paulo Freitas,

por não conseguir estar presente na próxima assembleia, venho por este meio expor algumas situações e questões à mesa.

No primeiro ponto, queria felicitar por terem apostado no livestream das sessões das assembleias municipais, pois fico mais informado como município do que acontece na assembleia municipal.

No segundo ponto, gostaria de questionar o presidente da câmara municipal de Albufeira sobre a cobertura de fibra ótica na freguesia de Paderne. Sendo a internet neste momento um bem quase essencial, como a energia ou a água, e visto que grande parte do concelho de Albufeira já têm cobertura, se existe alguma previsão para a mesma ou se têm feito algum contacto com as entidades próprias para o efeito do mesmo? Numa tentativa de combater o êxodo rural da freguesia de Paderne, eu e outros municípios naturais de Paderne da geração de 90', escolhemos manter-nos a residir na freguesia, mesmo trabalhando fora do concelho, como eu em Portimão, ou a minha companheira em Loulé, entre outros. E neste momento, mais do que nunca, com o teletrabalho a internet é um meio fundamental para conseguirmos trabalhar. Neste momento no sítio da Ribeira de Alte, a ligação que existe é ADSL com um upload de 1mb, ou seja, para eu enviar um vídeo de 2GB para o meu cliente são necessárias 8 horas enquanto em fibra ótica seria entre 2 a 3 min. Como eu, existe um Engenheiro de Redes e Telecomunicações que está a trabalhar via remoto para Nokia em Lisboa ou outro município que faz parte da equipa de marketing digital do Hilton Vilamoura, entre outros na freguesia. Pedia encarecidamente ao Sr. Presidente que não deixasse a freguesia de Paderne para trás, pois também faz parte do Município de Albufeira, e intercedesse com as entidades competentes para que esta inovação nas infraestruturas existentes chegasse também ao meio rural numa medida de combater o êxodo rural.

Por fim, no terceiro ponto gostaria de partilhar a minha experiência com os serviços da Câmara Municipal de Albufeira. No passado dia 04/08/2020, dei entrada via e-mail para [geral@cm-albufeira.pt](mailto:geral@cm-albufeira.pt) de um requerimento de compropriedade (anexo 01). Enviei para o e-mail [obras.particulares@cm-albufeira.pt](mailto:obras.particulares@cm-albufeira.pt) no dia 03/09/2020 (anexo 02) e no dia 30/09/2020 (anexo 03), e-mail's a perguntar pelo processo e até à data que vos escrevo (01/02/2021) não recebi qualquer resposta. Não obstante, existiu vários dias que liguei para os números 289570759 / 289570756 / 289570758 / 967763031 sem qualquer sucesso de ser atendido. Sendo que acompanhava os editais que saiam das reuniões de câmara, vejo outros requerimentos de compropriedade com número de registo superior ao meu a serem deliberados e o meu não. Consigo falar com uma funcionária no dia 04/11/2020 pelo número 967763031, em que me informa que o meu processo está esquecido em cima da secretária da colega há 3 meses e ainda não foi informado ou para apreciação ou algo do género, peço desculpa por não me lembrar o termo certo utilizado pela funcionária, pois fiquei em choque com tal informação e a petulância da funcionária. No dia 15/12/2021 recebi o e-mail da Sra. Esperança para enviar o recibo de pagamento, mas as moradas de e-mail's no corpo do e-mail enviado estão



erradas (anexo 04). O Sr. António tem acento na letra O no e-mail e a Sra. Esperança falta o “c” em cmalbufeira. Situação que não é única e comprovei-o com outros munícipes que tiveram processos a decorrer na câmara que receberam igual, e informaram das gralhas, mas sem sucesso continua igual. Superadas essas gralhas, recebi no dia 18/12/2020 o e-mail do funcionário António Nóbrega, para levantar o requerimento no dia 17/12/2020 às 14 horas. Ou seja, recebo o e-mail posterior à data do levantamento (anexo 05). Mais uma saga a ligar para os números da câmara para corrigir a situação. No dia 21/12/2020 fui levantar a certidão ao edifício da câmara, em que alertei logo para a área do terreno que estava incorreta e não condizentes com os papéis submetidos. Chamei também atenção que a certidão estava sem o selo branco da C.M.A. (anexo 06).

Pedi para falar com o mesmo para expor a situação, ao que ele me instruiu a levar aquela certidão com erro e não carimbada e a fazer novo pedido. A meu ver, não faz qualquer sentido ser eu o lesado com mais um erro dos funcionários da C.M.A. e não resolverem a situação no imediato. Perante tal situação, enviei o e-mail como requerido a fazer o novo pedido da correção da certidão para o Sr. António Nóbrega, até hoje sem sucesso de resposta (anexo 07). Liguei no dia 23/12/2021, para perguntar sobre o andamento do novo pedido, ao número 967763031 no qual sou atendido pela funcionária que me entregou a certidão. Faço a pergunta do estado do meu processo, ao que me é respondido que vai perguntar ao Sr. Nóbrega. A chamada continua a decorrer, a funcionária tem um diálogo com o Sr. Nóbrega bem audível, a fazer o pedido das suas férias durante o período 28 a 31 de Dezembro, e sem nunca perguntar sobre o estado do meu pedido. A funcionária volta a falar comigo e diz para ligar no meio de Janeiro que o Dr. agora não pode tratar desse assunto. Relembro que foi um erro da parte dos serviços da C.M.A. Incrédulo e a necessitar deste documento, tentei entrar em contacto com o departamento da Dra. Ana Nunes que prontamente pediu para me deslocar a Vale Pedras e no dia 05/01/2021 fiquei com a certidão corrigida. Desde já agradeço a prontidão deste departamento.

Em suma, com esta situação toda, pergunto ao presidente da C.M.A. se é normal tudo isto? Se não é o departamento de Obras Particular a gozar com os seus munícipes? Se é esta a imagem que quer passar da C.M.A.? O Covid-19 não é e não pode ser desculpa para tudo.

Na passada assembleia de 10 de Dezembro, respondeu à Sra. Ana que iam preceder a melhorias no atendimento, posso dizer que no passado dia 29/01/2021 estive a ligar intercaladamente entre as 09:00h e as 15:30h para os números 289570759 / 289570756 / 289570758 / 967763031 sem qualquer sucesso uma única vez.

Como é que podemos resolver as situações se não respondem a e-mail's, nem atendem os telefones? E por vezes atendem os telefones, ficamos a ouvir pessoas sem nunca responderem até a chamada ir abaixo.

Peço ao Sr. Presidente e à Vice-Presidente (que detém o pelouro das obras particulares) uma ação séria no atendimento ao público (Telefones e E-mail's) e ao funcionamento do departamento de Obras Particulares, para que casos como este não voltem a repetir-se. Por favor, sei que estamos em ano de eleições, mas não deixe de tomar as medidas necessárias para o bom funcionamento da câmara.

Segue em anexo as evidências das situações acima descritas,

Aguardo uma resposta, que não seja um vago “vamos tentar melhorar os serviços”,

Os melhores Cumprimentos,

Fábio Felício